



## RESOLUÇÕES

## RESOLUÇÃO Nº 037 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

DISCIPLINA A VOTAÇÃO ELETRÔNICA NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL EM CARÁTER EMERGENCIAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, aprova e eu promulgo a seguinte,  
**RESOLUÇÃO**

**Art. 1º** A Câmara Municipal de Conceição de Macabu – RJ, por sua Mesa Diretora disciplina a situação excepcional de votação eletrônica no Plenário Rozendo Fontes Tavares, em virtude da pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

**Art. 2º** Enquanto perdurar a pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde relativa à COVID-19, as votações do Plenário poderão ser feitas eletronicamente em Plenário Virtual.

**Art. 3º** O sistema excepcional de Plenário Virtual implicará votações por meio eletrônico, adotando-se sistemas de telemática e informática capazes de, simultaneamente, permitir que:

- I - cada um dos Excelentíssimos Senhores Vereadores possa votar remotamente a partir de sua residência;
- II - os demais Excelentíssimos Senhores Vereadores possam ver e escutar o pronunciamento e o voto do Membro do Parlamento que esteja a votar;
- III - a presidência da Sessão do Plenário Virtual seja exercida a partir da Câmara Municipal – Prédio Paulo Ribeiro de Azevedo, nos termos do Regimento Interno, sendo o presidente auxiliado pelo primeiro Secretário ou na sua ausência pelo segundo Secretário;
- IV - a produção e manutenção de arquivo eletrônico das Sessões do Plenário Virtual que deverão ser arquivadas pela Secretaria Geral.

**Parágrafo único.** O sistema de Plenário Virtual jamais impedirá as votações presenciais, isto é, se algum dos Excelentíssimos Senhores Vereadores decida comparecer ao Plenário Rozendo Fontes Tavares da Câmara Municipal, durante a realização da Sessão eletrônica, a fim de pronunciar-se e votar terá o mesmo direito.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto houve a decretação de pandemia – COVID 19.

Conceição de Macabu - RJ, 02 de abril de 2020.

Marco Antonio Oliveira da Silva  
Presidente

José Saturnino Barcelos  
1º Vice-Presidente

José Messias dos Santos Alves  
2º Vice-Presidente

André Luiz de Sousa Fernandes  
1º Secretário

Nathália Silveira Braga  
2º Secretária

## RESOLUÇÃO Nº 038 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Disciplina a redução do Expediente Administrativo da Câmara Municipal, e regulamenta o sistema de trabalho remoto, em decorrência da pandemia do Covid-19

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais

**R E S O L V E :**

**Art. 1º** Este Ato Normativo disciplina a redução do Expediente Administrativo da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, e regulamenta o sistema de trabalho remoto, em decorrência da pandemia do Covid-19.

**Parágrafo Único:** O expediente da Câmara em decorrência da pandemia do COVID-19, em decorrência dos decretos estaduais e municipais será:

- segunda-feira e quinta-feira das 11h00min até às 17h00min para o expediente administrativo e de 17h00min a 19h00min o expediente legislativo no Plenário, podendo ser estendido até o termino da sessão ordinária;
- terça-feira, quarta-feira e sexta-feira das 8h00min às 13h00min.

**Art. 2º** Além da redução do expediente administrativo os servidores poderão exercer suas atividades laborais fora das instalações físicas da Câmara Municipal, na forma deste Ato Normativo, em regime denominado trabalho remoto.

**Parágrafo único** Caberá a cada Vereador definir a implantação e o formato do trabalho remoto nos seus respectivos Gabinetes, cabendo ao mesmo ao final do mês atestar o cumprimento da carga horária nos termos do artigo 23, §3º, inciso IV da Lei Municipal 1.583/2019.

**Art. 3º** Para os fins deste Ato Normativo, considera-se:

- I - trabalho remoto - a atividade laboral executada, em parte ou em sua totalidade, em local diverso daquele estabelecido para a realização do trabalho presencial, mediante a utilização de tecnologias e informação e de comunicação;
- II - unidade - o local de lotação do servidor, na Câmara Municipal;
- III - servidor – todo agente que presta serviço ao Poder Legislativo Municipal, seja servidor efetivo, cedido, comissionado ou designado para o exercício de funções de confiança.

**Art. 4º** São objetivos do trabalho remoto:

- I - aumentar a produtividade do trabalho;
- II - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;
- III - reduzir o consumo de água, energia elétrica, papel, recursos tecnológicos e outros disponibilizados pela câmara;
- IV - ampliar a possibilidade de trabalho para aqueles com dificuldade de deslocamento ou que necessitem de horário especial;
- V - economizar tempo, custos e riscos de deslocamento dos servidores.

**Art. 5º** É requisito para a adesão ao regime de trabalho remoto a manutenção da capacidade plena de atendimento da unidade aos públicos externo e interno.

**§ 1º** O limite máximo de servidores em regime de trabalho remoto na Parte Administrativa será definido pelo Diretor-Geral para cada setor, mediante ordem de serviço a ser expedida e fixada no átrio da Câmara Municipal.



**Art. 6º** Terão prioridade para a adesão ao trabalho remoto os seguintes servidores:

- I – tenha idade superior a 60 anos;
- II - com deficiência ou mobilidade reduzida;
- III - que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência;
- IV – doença crônica que o classifique como grupo de risco;
- V - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;
- VI - que atendam aos requisitos legais para concessão de licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro e;
- VII – que o trabalho administrativo desenvolvido possa ser feito fora das dependências físicas da Câmara sem prejuízo das atividades legislativas.

**Parágrafo único** O Diretor Geral promoverá o revezamento, sempre que possível, de servidores interessados em participar do trabalho remoto, observando o § 1º do art. 5º.

**Art. 7º** Compete ao Diretor Geral da Câmara:

- I - definir o plano de trabalho;
- II - acompanhar a execução do plano de trabalho e agendar reuniões, quando necessárias;
- III - propor, a qualquer momento, alteração no plano de trabalho ou nas metas de desempenho;
- IV - controlar o cumprimento das metas e a produtividade individual no período;
- V - encaminhar ao final da vigência ou em eventual prorrogação desta Resolução, memorando ao Setor de Recursos Humanos, declarando o cumprimento das obrigações atribuídas ao servidor submetido ao regime de trabalho remoto, o qual terá efeito de atestação de presença ao trabalho.

**Art. 8º** São deveres do servidor em regime de trabalho remoto:

- I - cumprir as metas previamente estabelecidas;
  - II - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;
  - III - prover, às suas custas, as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, para realização do trabalho remoto;
  - IV - exercer suas atividades independentemente de comando específico, sempre atento às comunicações que lhe forem formalmente encaminhadas, devendo, para tanto, consultar diariamente a sua caixa de correio eletrônico institucional;
  - V - manter o dirigente da unidade informado, por meio de mensagem eletrônica a ele encaminhada, de forma periódica e sempre que demandado, sobre a evolução do trabalho, apontando eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;
  - VI - comunicar ao dirigente da unidade a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;
  - VII - comparecer às dependências da Casa Legislativa nas datas e horários acordados e sempre que convocado;
  - VIII - zelar pelo sigilo de dados e informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias.
- § 1º As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.
- § 2º É vedado ao servidor fazer uso, divulgar ou facilitar a divulgação de informações obtidas a partir de seu trabalho.
- § 3º O descumprimento dos deveres que lhes são impostos, sujeitará o servidor a processo disciplinar.

**Art. 9º** Poderá haver retorno do servidor ao trabalho presencial em virtude de:

- I - solicitação do servidor;
- II – escala de serviço em decorrência da necessidade de atendimento das atividades legislativas em atendimento ao interesse público.

III - descumprimento dos deveres previstos no art. 8º

**Art. 14** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Conceição de Macabu - RJ, 02 de abril de 2020.

Marco Antonio Oliveira da Silva  
Presidente

José Saturnino Barcelos  
1º Vice-Presidente

José Messias dos Santos Alves  
2º Vice-Presidente

André Luiz de Sousa Fernandes  
1º Secretário

Nathália Silveira Braga  
2º Secretária

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 107/2020 EM 03 DE ABRIL DE 2020.**

**EXONERAR DAS - III**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o PROCESSO protocolado nº 3646/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR**, a pedido, a Servidora Estatutária **SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS**, Professora de 1º ao 5º ano, matrícula nº 4625417 do Cargo em Comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-III, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 03 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

CLAUDIO EDUARDO BARBOSA LINHARES  
Prefeito

**PORTARIA Nº 108/2020 EM 03 DE ABRIL DE 2020.**

**EXONERAR DAS - V**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o PROCESSO protocolado nº 3639/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR**, a Pedido, o Servidor **JOÃO CARLOS PEREIRA RANGEL**, matrícula nº 4627199 do Cargo em Comissão de Chefe de Serviços de Parques e Jardins, Símbolo DAS-V, vinculado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Limpeza Pública de Conceição de Macabu, a partir de 03 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2020, revogadas as disposições em